



MédioTejo

comunidade intermunicipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

Ata n.º 01/2021

Data – 27 de dezembro/2021

Início – 21h00

Local – Biblioteca Municipal de Tomar, Dr. António Cartaxo da Fonseca, em Tomar

Termo – 00h30

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2021

Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro/2021 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, na Biblioteca Municipal de Tomar, Dr. António Cartaxo da Fonseca, em Tomar a reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1- Eleição da mesa da Assembleia Intermunicipal

2- Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal

Outros assuntos:

3 – Aprovação da Ata da reunião de 24 de maio 2021

4 – Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;

5 – Apreciação e votação da 2.ª Revisão Orçamental;

6 - Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIM do Médio Tejo para 2022 e respetiva autorização genérica;

7 - Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;

8 - Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro.



O presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal cessante deu as boas vindas a todos presentes dando início à reunião e informando os presentes que a reunião iria ser realizada sem a habitual contagem dos tempos, referindo que o regimento se mantém. Começou por solicitar que fossem indicados os eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Abrantes**, em ato realizado no dia 10 de dezembro/2021 -----

António Lucas Gomes Mor -----

João Francisco Salvador Fernandes -----

José Rafael Belchior Ricardo do Nascimento -----

Maria da Piedade Dias Fernandes Pinto -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Alcanena**, em ato realizado no dia 16 de outubro/2021 -----

Carla Maria Jorge Batista -----

António Manuel Mina Duque, em substituição de Duarte Nuno Cruz Fonseca -----

Silvestre Luciano Pereira -----

Tereza Madalena Inácio Cadete Sampainho -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Constância**, em ato realizado no dia 17 de dezembro/2021 -----

Isabel Maria Farinha Albino da Costa -----

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município do **Entroncamento**, em ato realizado no dia 29 de novembro/2021 -----

Dominique Gaspar Ventura -----

Maria Paula Barral Carloto de Castro -----

Mário André Balsa Gonçalves -----

Ricardo José Pires Antunes -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Ferreira do Zêzere**, em ato realizado no dia 4 de dezembro/2021 -----

José Manuel Pinto da Silva Casanova -----

Mónica Patrícia Alves Antunes -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Mação**, em ato realizado no dia 30 de novembro/2021 -----

Daniel Fernando Marques Lopes Jana -----

Duarte Filipe Batista Matos Marques -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Ourém**, em ato realizado no dia 6 de novembro/2021 -----

Ana Margarida Henriques Neves Vieira -----

João Manuel Moura Rodrigues -----

Nuno Manuel Pinto Dias -----

Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município do **Sardoal**, em ato realizado no dia 10 de novembro/2021 -----

Adérito Miguel Gaspar Garcia -----

Joana Marcos Barroso Ramos -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município da **Sertã**, em ato realizado no dia 27 de outubro/2021 -----

Daniel Filipe Nunes Luís -----

Jorge Manuel Farinha Nunes -----

Paulo Jorge António Martins Ferreira -----

Vítor Manuel Carmo Cavalheiro -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Tomar**, em ato realizado no dia 8 de novembro/2021 -----

Hugo Miguel Carvalho Santos Costa -----

João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro -----

Ricardo Jorge Martins Carlos -----

Susana Alexandra Ferreira Faria -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Torres Novas**, em ato realizado no dia 30 de novembro/2021 -----

Luzia Marta Tavares Serigado -----

Francisco Valente Sarmento -----

José Manuel Paulo Trincão Marques -----

Maria da Luz Marques Lopes -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Vila de Rei**, em ato realizado no dia 14 de dezembro/2021 -----

Hélder Jorge Dias Antunes -----

Paulo Sérgio Duque de Brito -----

Eleitos para a Assembleia da CIM do Médio Tejo, pelo município de **Vila Nova da Barquinha**, em ato realizado no dia 16 de outubro/2021 -----

António Augusto Ribeiro -----

Paulo Fernando da Graça Constantino -----

Terminada a indicação dos deputados, o presidente da mesa da Assembleia Intermunicipal informou os presentes das faltas e respetivas substituições indicadas por alguns dos senhores deputados, respetivamente: -----

Faltas e respetivas substituições: -----

NOME	SUBSTITUTO
Duarte Nuno Cruz Fonseca – PPD/PSD CDS/PP-MPT-Coligação Cidadãos por Alcanena – Concelho com Futuro (Alcanena)	António Manuel Mina Duque - PPD/PSD CDS/PP-MPT-Coligação Cidadãos por Alcanena – Concelho com Futuro (Alcanena)
Fernando Jorge Henriques Bonina Zuzarte dos Reis – MPNT – Movimento P´la Nossa Terra (Torres Novas)	Luzia Marta Tavares Serigado - MPNT – Movimento P´la Nossa Terra (Torres Novas)



Faltas sem substituições: -----

NOME
Joana Ramos – PSD Sardoal
Silvestre Pereira – PS Alcanena - Justamente no início da sessão compareceu Luís Carlos Lourenço Salgueiro, do PS de Alcanena, referindo que se encontrava em substituição do deputado Silvestre Pereira. Considerando que a sessão estava mesmo para se iniciar, foi dada a indicação de que leria o termo de posse e que o respetivo termo seria posteriormente assinado dado a CIM não ter indicação desta substituição, nem estar elaborado ainda o respetivo termo de posse.

¶¶

Os deputados tomaram posse tendo o presidente da mesa cessante solicitado que o elemento mais antigo nesta Assembleia Intermunicipal pudesse proceder à instalação da nova mesa, chamando assim para o efeito o senhor deputado pelo PS de Abrantes António Lucas Gomes Mor. -----

¶¶

1. Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal -----

Já com o membro mais antigo a dirigir os trabalhos, foram questionados os senhores deputado se haviam listas e/ou alguma lista a apresentar para a eleição da nova mesa. Foi apresentada uma lista única composta pelos seguintes elementos: -----

Para **Presidente** José Manuel Paulo Trincão Marques, do PS de Torres Novas -----

Para **Vice-Presidente** Ana Margarida Henriques Neves Vieira, do PSD de Ourém -----

Para **Secretária da Mesa**, Maria Piedade Dias Fernandes Pinto, do PS de Abrantes -----

Apresentada a lista, a mesma foi votada por sufrágio secreto, por todos os presentes na reunião. -----

Deliberação – Aprovada por maioria com 32 votos a favor e 6 votos em branco. -----

¶¶

2. Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal -----

Já com a nova mesa instalada, o presidente segue com a reunião para proceder à eleição do Primeiro Secretariado Executivo Intermunicipal. O nome indicado é o do secretário executivo anterior, Vítor Miguel Martins Arnaut Pombal. -----
Usou da palavra a presidente da CIM do Médio Tejo dando conta que na reunião do Conselho Intermunicipal foi levantada a questão da CIM atendendo ao número de competências que vamos tendo, a intenção do Conselho Intermunicipal pensar na criação de um segundo secretário executivo. -----
Por outro lado, deu conta de serem realizadas algumas reuniões extraordinárias temáticas, e que sempre que verificar essa necessidade abordará o assunto com o presidente da mesa e com líderes de bancada. -----
Seguidamente, o primeiro secretário executivo tomou posse. -----

Deliberação – Eleito por maioria com 34 votos a favor e 4 votos em branco. -----

☺☺

OUTROS ASSUNTOS

Período antes da ordem do dia -----

O presidente da mesa deu a palavra a alguns dos deputados que quisessem intervir. -----
João Fernandes, deputado do PSD de Abrantes efetuou a sua intervenção sobre a Central Termoelétrica do Pego, dando conta que consideram um tema prioritário, tal como o Fundo de Transição Justa, estando atentos ao assunto. Questionou sobre quais as novidades que existentes nesta matéria, bem como o que se prevê que aconteça ao aproveitamento desta Central. Por fim, questionou sobre a existência de relatórios – Planos de Conexão e Infrações Conexas no site. -----
Intervio de seguida, João Moura do PSD de Ourém, que referiu ver “com bons olhos” a criação de uma nova NUT. Referiu que é importante a criação de um segundo secretário, porque cada vez mais temos a necessidade de ter outras sinergias, outras responsabilidades com todo o acréscimo de trabalho que se avizinha. No final da sua intervenção ofereceu uma publicação de Ourém. -----
Duarte Marques, do PSD de Mação questionou sobre o processo de delegação regional da proteção Civil. No âmbito do PRR quis saber o que está previsto para o Médio Tejo e por fim, se no âmbito do PT 2030, saber se esta negociação foi ouvida pelo Governo. Um outro assunto referido foi sobre o Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI).-----
Hugo Costa, do PS de Tomar desejou um bom trabalho a todos. Realçou a importância da constituição de uma nova NUT na nossa região como uma grande responsabilidade, e que todos devemos estar unidos enquanto região. -----
Terminadas as intervenções, o presidente da mesa passou a palavra à presidente do Conselho Intermunicipal que esclareceu as questões levantadas. Em resposta referiu que

existem projetos para a Central Termoelétrica do Pego, não sabendo o que vai acontecer, uma vez que está a decorrer um concurso para que hajam projetos para esta requalificação. Quanto ao Fundo de Transição Justa deu conta que toda a região do Médio Tejo está classificada, contudo acrescentaram o Litoral Centro, enquanto beneficiário do FTJ partilhando a verba disponível no Programa Operacional do Centro com a nossa região. Quanto à nova NUT esclareceu que o Governo Português tem até fevereiro do próximo ano a entrega em Bruxelas. No âmbito do Comando Sub Regional, a CIM tem uma deliberação em 2019 para que este subcomando fique instalado na Praia do Ribatejo, que transmitimos à tutela e à ANPC. Voltamos a reiterar tudo isto junto das entidades, afirmou. Quanto à questão do deputado João Fernandes, referiu que os relatórios se não estão publicados, irão ser disponibilizados em breve. -----

RR

3. Aprovação da ata da reunião de 24 de maio/2021 -----

O presidente deu conta que a reunião anterior foi mista, apenas com a presença dos líderes de bancada na sede da CIM. A ata foi colocada a votação. -----

Deliberação: A ata foi aprovada por unanimidade. -----

RR

4. Informação da Atividade da CIM do Médio Tejo -----

O presidente da mesa passou a palavra à presidente da CIM para que esta pudesse esclarecer todos os presentes. Assim sendo começou fazer um ponto de situação no âmbito do **Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM do Médio Tejo**: ---
Data da última reprogramação: 07 de junho de 2019. -----
Dotação de Fundo: 56.057.704,29€ (contratualizado com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regional do Centro, Inclusão Social e Emprego (POISE), Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR) e o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR). -----
Dotação de Fundo contratualizado com a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro 2020: 54.009.087,69€ -----
Quanto à delegação de competências na CIM | Organismo Intermédio: -----



Ponto de Execução | Aprovação | Em execução

- ✓ Aprovados **55 projetos municipais** (um deles é promovido pela ULS de Castelo Branco – Centro de Saúde da Sertã) – que corresponde a uma dotação de fundo aprovado de **26.180.499,15€**.
- ✓ **SIE**, encontram-se aprovadas **126 candidaturas** que corresponde a um **FEDER aprovado/reprogramado de 5.693.175,36€** (para apoio a investimentos de micro e pequenas empresas da região) e a um **FSE aprovado/reprogramado de 493.773,19€** (para apoio à criação de postos de trabalho).

Taxa de Execução = 61%

No que diz respeito às candidaturas intermunicipais, deu destaque ao combate e mitigação da pandemia **COVID-19**. Referiu que a candidatura foi aprovada em 04/11/2021 com um prazo de execução de 14/03/2020 a 30/09/2020. -----

Programa Financiador: PO AT -----

- Investimento Total = 1.450.691,84€ -----
- Investimento Elegível = 1.413.332,54€ -----
- Fundo de Solidariedade = 1.413.332,54€ -----

Apresentou os seguintes registos: -----

Entidade Beneficiária	Investimento Elegível	Investimento Total
CIM Médio Tejo	636 092,73 €	636 092,73 €
Abrantes	130 861,25 €	130 861,25 €
Alcanena	58 192,72 €	58 192,72 €
Constância	68 617,43 €	68 617,43 €
Entroncamento	49 420,40 €	49 420,40 €
Ferreira do Zêzere	22 759,26 €	22 759,26 €
Mação	77 265,70 €	80 199,25 €
Ourém	34 341,16 €	34 667,16 €
Sardoal	31 141,84 €	31 141,84 €
Sertã	69 733,59 €	72 086,24 €
Tomar	169 712,03 €	199 157,00 €
Torres Novas	37 747,82 €	37 747,82 €
Vila de Rei	18 766,30 €	21 068,44 €
Vila Nova da Barquinha	8 680,29 €	8 680,29 €
Total	1 413 332,54 €	1 450 691,84 €

Quanto ao projeto do **Transporte a Pedido**, referiu um projeto pioneiro a nível nacional, com uma solução alternativa e inovadora de transporte público para o interior da região Centro, onde prevalecem zonas de baixa densidade, com escassez de transporte. -----
Em funcionamento desde 2013, os serviços de transporte a pedido encontram-se atualmente em operação em todos os concelhos do Médio Tejo. -----
Com oferta superior a 70 circuitos e mais de 1.300 locais de embarque e desembarque de passageiros, foram transportados no primeiro semestre de 2021, cerca de 9.200 passageiros, que corresponde a uma média mensal de 1.540 passageiros. -----
O projeto venceu o Prémio Regiostars 2021, um concurso promovido pela Comissão Europeia, que premeia projetos financiados pelos fundos europeus, demonstradores de excelência e de novas abordagens no âmbito do desenvolvimento regional. -----
O projeto foi o único projeto português a ser escolhido para a lista de 25 finalistas. -----
Os vencedores foram anunciados no passado dia 2 de dezembro pela Comissão Europeia, na Cerimónia oficial dos Regiostars. -----
Por fim, no que respeita à **autoridade de transportes** esclareceu o seguinte: -----
Foi aprovado na reunião do Conselho Intermunicipal de 24/06/2021 as linhas gerais para reformulação do processo de concurso, que se consubstanciam nas seguintes alterações principais: -----

- Alargamento do prazo contratual de modo a favorecer a rentabilização dos investimentos necessários por parte de potenciais concorrentes para responder ao concurso; -----
- Modificação dos serviços escolares especializados para serviço público de transportes, no caso dos Municípios de Abrantes, Mação, Ourém e Tomar, favorecendo a otimização dos meios afetos à exploração e ampliando a oferta de transporte público disponível para a população em geral; -----
- Flexibilização/ajuste de horários dos transportes, em particular no período de ponta da manhã no sentido de alcançar maiores eficiências de rede e diminuir a dimensão da frota necessária afetar à exploração do serviço público; -----
- Inclusão de serviços ocasionais, a ativar mediante as necessidades, adicionando-se o respetivo valor à compensação inerente ao contrato; -----
- Revisão do modelo económico-financeiro da concessão, ajustando as estimativas de proveitos com atividades acessórias e aumentando o valor base da compensação por obrigações de serviço público em cerca de 350.000€/ano, com possibilidade afetação de verbas do Fundo Ambiental para financiamento deste encargo, ao abrigo dos programas PART e PROTransP; -----
- Incorporação na compensação financeira do contrato, dos encargos com passes escolares suportados pelos municípios, deixando de existir pagamentos paralelos ao Operador e passando essa faturação a ser feita ao abrigo do contrato de concessão. -----

Por último, esclareceu que para efeitos de emissão de parecer prévio vinculativo, foi enviado no dia 15/11/2021 à Autoridade de Mobilidade e Transportes, as peças do procedimento e demais documentos relativos ao novo procedimento de contratação. -----
Foi emitido a 10/12/2021 o parecer prévio vinculativo do Regulador, com emissão de parecer favorável condicionado ao cumprimento de algumas determinações. -----
-----Perspetiva-se que o lançamento do concurso seja efetuado no início de 2022 -----
Terminou a sua intervenção. -----

Os deputados intervieram seguidamente, começando por Ricardo Carlos, do PSD de Tomar solicitando que pudesse haver um esclarecimento adicional sobre a Central Termoeleétrica do Pego e sobre o possível aeroporto em Tancos. Solicitou que pudesse ser apresentado o relatório que foi apresentado no Conselho Intermunicipal. -----

João Fernandes, do PSD de Abrantes, deixou duas questões, uma sobre a ausência de candidaturas, referindo o concurso público dos transportes, bem como referiu as baixas taxas de execução da CIM. -----

José Nascimento, da ALTERNATIVAcom de Abrantes apelou a que se prestasse mais atenção aos cuidados de saúde primários; sobre Educação, disse que as taxas de abandono e insucesso escolar em Abrantes são das mais elevadas do Médio Tejo e sugeriu um estudo sobre as causas desta realidade, por concelho. -----

Júlia Amorim, da CDU de Constância, referiu que a CIM disponibilizou informação esclarecedora. Questionou sobre a aposta da CIM na área da educação, fazendo referência à descentralização de competências. -----

Terminadas as intervenções destes deputados, a presidente da CIM retomou a palavra esclarecendo: -----

Não é possível disponibilizar o relatório de Tancos, trata-se de um estudo preliminar. Quanto às taxas de execução, deu conta que as CIMS não funcionam como as câmaras, fazem a gestão de projetos e financiamentos. No que diz respeito à saúde, esclareceu que já foi solicitada reunião com a diretora do ACES do Médio Tejo para que nos seja feito um ponto de situação. -----

No âmbito da educação – PEDIME, foi dada uma resposta pelo secretário executivo a pedido da presidente. Miguel Pombelro comentou que este projeto veio contribuir para a diminuição do insucesso escolar e deu como exemplo o projeto PISA para as Escolas. Foi aqui muito importante o papel dos agrupamentos. Continuaram os esclarecimentos pela presidente da CIM que esclareceu que quanto à descentralização de competências a CIM ainda não tinha sofrido nenhum impacto. Deu conta que nos constituímos como autoridade de transportes. -----

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do ponto de situação dos trabalhos referentes à atividade da CIM do Médio Tejo, desde a última reunião até à presente data.

☐☐

5. Apreciação e votação da 2.ª Revisão Orçamental -----

A presidente do Conselho Intermunicipal a presente revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2022, surge em virtude e após uma análise efetuada à execução orçamental, se ter verificado a existência de alguns desvios face ao inicialmente previsto/estimado. Desvios esses, ainda como consequência da pandemia COVID-19 que se manteve em todo o Mundo, mas em especial em Portugal. -----

Os projetos onde se sentiu mais impacto foi o projeto da Afirmção Territorial do Médio Tejo e Educação Excelência no Médio Tejo. Relativamente à Afirmção Territorial do Médio Tejo, como envolvia diretamente a comunidade, nomeadamente, promovendo a itinerância dos espetáculos e manifestações artísticas pelos diversos concelhos do Médio Tejo, através de uma programação cultural em rede/intermunicipal, ao serem cancelados os espetáculos e manifestações referidas, não houve possibilidade para a sua execução.

De salientar, que houve prolongamento/reprogramações de candidaturas, em que a sua execução ocorrerá no próximo ano. Em relação à Educação Excelência no Médio Tejo, como envolvia a comunidade escolar e as escolas estiveram parcialmente encerradas e consequentemente as suas atividades não se realizaram, não foi possível a execução física/financeira de grande parte do projeto.-----

Outro desvio verificado, deveu-se à aprovação tardia da candidatura, contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Médio Tejo referente à candidatura intermunicipal da modernização administrativa.-----

É de referir, igualmente, que estes desvios se devem à própria execução de candidaturas aprovadas cujos valores de adjudicação, resultantes de procedimentos de contratação pública, ficaram abaixo dos valores inicialmente previstos e/ou aprovados. Relativamente aos projetos relacionados com melhoria da mobilidade no Médio Tejo, de salientar que não se avançou com sistema de bikesharing porque ainda se aguarda decisão da candidatura. Relativamente à Concessão do Serviço Público Transporte Passageiros, não houve execução, uma vez que o concurso ficou deserto. De referir que será lançado novo concurso de concessão de transportes mas apenas com execução a partir de 2022. -----

Deliberação: Aprovado por maioria com 9 abstenções.

☰

6. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento da CIM do Médio Tejo para 2022 e respetiva autorização genérica -----

O presidente passou a palavra à presidente da CIM que deixou as seguintes notas: -----
O orçamento da CIM do Médio Tejo, que ascende a mais de 11 milhões de euros, já tinha sido aprovado, por unanimidade, pelos treze presidentes no passado dia 25 de novembro, na reunião do Conselho Intermunicipal desta CIM. -----

Anabela Freitas, referiu que se trata de um orçamento que prepara a CIM para os desafios do próximo ano e que está focado em conferir mais qualidade de vida a todos os cidadãos da região, através da continuidade e execução de novos projetos da área da Mobilidade, Educação, Turismo, Cultura, Social, Proteção Civil, Empreendedorismo, entre muitas outras, onde a continuidade da gestão criteriosa de fundos comunitários será uma máxima". Recorda a presidente que "a CIM do Médio Tejo, enquanto entidade supramunicipal, juntamente com os seus municípios, está a assumir um papel cada vez mais preponderante na governação da região e, por isso, pretende dar continuidade a uma estratégia que preveja sempre o desenvolvimento do Médio Tejo.-----

Assim o ano de 2022 ficará marcado pela conclusão dos trabalhos de elaboração da estratégia de desenvolvimento para a Região do Médio Tejo 2030, tendo em conta as características do território e a Estratégia da União Europeia para o quadro comunitário 2021-2027 e a Estratégia Portugal 2030. -----

Em complemento, serão concluídos os trabalhos de desenvolvimento de uma Estratégia Integrada para o território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, uma vez que estão reunidas as condições para o desenvolvimento de um contrato programa que congregue as três CIM`s. num investimento territorial integrado. -

Serão também desenvolvidos todos os trabalhos referentes à implementação do Programa de Revitalização do Pinhal Interior assente em 20 projetos estruturantes e que incluem os municípios de Mação, Sardoal Sertã e Vila de Rei. Como também, serão definidos os projetos a implementar no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência acordado com a União Europeia, de modo a impulsionar a recuperação da economia. -----
O ano de 2022 ficará também marcado pela continuidade dos trabalhos que preveem a definição de ações enquadradas no Fundo de Transição Justa. Este Fundo tem como objetivo tornar a economia regional, mais moderna e competitiva, com base em investimentos sustentáveis. -----

Quanto às áreas de intervenção da CIM do Médio Tejo em 2022 deixou os seguintes considerandos: -----

Mobilidade e Transportes - Na área da Mobilidade e Transportes pretende-se dar continuidade aos serviços de transporte flexível já em funcionamento no território do Médio Tejo com o Transporte a Pedido e o LINK. A CIM do Médio Tejo quer continuar a aprofundar e a evoluir neste tipo de soluções inovadoras e alternativas de transporte, equacionando-se a implementação de uma experiência piloto de uma nova fase do projeto, com maior flexibilidade nos parâmetros do serviço e um novo modelo de funcionamento. Por outro lado, perspetiva-se o desenvolvimento do novo concurso público para concessão do serviço público de transporte de passageiros no Médio Tejo, que inclui a atribuição da exploração, por um período de 8 anos, dos serviços públicos regulares de transporte de âmbito municipal, intermunicipal e inter-regional, bem como os serviços de transporte urbanos nas cidades de Abrantes e Tomar e serviços escolares dedicados no concelho de Alcanena. -----

No âmbito do **PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária**, prevê-se a continuidade das medidas de redução tarifária implementadas nos serviços ferroviários e rodoviários, com descontos na ordem dos 40% nos passes mensais. Em curso está a elaboração do Estudo Estruturado da Rede de Percursos Cicláveis do Médio Tejo, que inclui a definição de traçados da rede de percursos cicláveis de âmbito intermunicipal, prevendo-se a conclusão do estudo em 2022. Caso venha a ser aprovada a candidatura apresentada ao Centro2020, espera-se ainda a implementação do Sistema Intermunicipal de Bicicletas para Uso Público no Médio Tejo. -----

Educação - A segunda fase do projeto PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo está a decorrer neste ano letivo. -----
O PEDIME fase 2 representa um investimento elegível de cerca de 4,5 milhões de euros e estará vigente até agosto de 2022, contando com 21 medidas intermunicipais e 64 medidas municipais. Com as várias ações a decorrer, desde programas de visitas de estudo, rastreios audiovisuais, implementação do projeto PISA para as Escolas, aquisição de jogos, encontros com escritores contemporâneos, espetáculos de teatro, atividades experimentais de ciências, entre muitas outras. O projeto funciona em parceria com os Municípios, Agrupamentos de Escolas e demais Parceiros, visando o combate ao abandono escolar e a promoção do sucesso educativo, entre outros objetivos educacionais. -----

Turismo/Culturs - Nas áreas do turismo e da cultura, a CIM do Médio Tejo pretende dar sequência às ações previstas no Plano de Ação para os Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal, assente nos seguintes produtos turísticos âncora: -----

O **Turismo Náutico**, com a promoção da Albufeira do Castelo de Bode, enquanto destino e através do Wakeboard e demais produtos turísticos integrados, que continuarão a ser trabalhados no seio da Estação Náutica de Castelo do Bode. -----

O **Turismo Religioso** dando continuidade à promoção de dois destinos com grande potencial turístico na região: Fátima e Tomar, afirmando-se um projeto em desenvolvimento que serão os Caminhos de Fátima na região. E o **Turismo Cultural**,

através de projetos a implementar em 2022 como é o caso da Rota dos Templários, do projeto Castelos do Tejo e de ações a retomar com o Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento. No âmbito cultural, prevê-se a continuidade do projeto CAMINHOS, com a realização do ciclo do ferro em abril e da água em julho de 2022. Pretende-se dar continuidade aos momentos de música, teatro de rua, circo contemporâneo, projetos comunitários, percursos artísticos, conversas com artistas, entre outros momentos, garantindo a realização de eventos diversificados e para todas as idades, envolvendo a itinerância de espetáculos pelo território. Em 2022, também se prevê dar continuidade ao projeto intermunicipal “Os Caminhos das Pessoas”, a desenvolver em parceria com os Municípios e com o envolvimento e participação das comunidades locais. -----

Na área do património natural, o objetivo está centrado na nova fase do projeto Rotas e Percursos no Médio Tejo, com ações de âmbito intermunicipal e municipal que envolvem a requalificação de recursos naturais, criação de percursos pedestres e promoção turística do Médio Tejo. -----

Empreendedorismo - Neste âmbito, prevê-se a implementação do Plano de Ação de Empreendedorismo e o desenvolvimento das ações previstas no Protocolo de Colaboração entre a CIM do Médio Tejo e a Câmara de Comércio de Pequenas e Médias Empresas Portugal-China, celebrado em janeiro passado. Como também, espera-se a execução da candidatura “Promoção do Espírito Empresarial”, que será um projeto a concretizar em copromoção com a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, tendo várias ações previstas, entre as quais os ENCONTROS PNAID, que foram adiados para 2022. -----

Florestas/Proteção Civil/Alterações Climáticas - No próximo ano a continuidade da atividade das duas brigadas de sapadores florestais da CIM Médio Tejo será uma realidade. Estas brigadas atuam sobre a nossa região exercendo atividades de silvicultura e de defesa da floresta, nomeadamente, através de ações que vão desde a gestão de combustível florestal, manutenção e proteção de povoamentos florestais, vigilância armada, primeira intervenção em incêndios florestais, apoio a operações de rescaldo, vigilância ativa pós-rescaldo e sensibilização. Cada Brigada é constituída por três equipas, com cinco elementos cada. Também na área da gestão florestal, será dada continuidade à atividade do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, criado em 2018, nomeadamente na gestão integrada de fogos rurais no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), pela Constituição de Comissão sub-regional do Médio Tejo. O próximo ano ficará ainda marcado pela execução da candidatura destinada à deteção e combate da vespa velutina, através da destruição de ninhos e colocação de rede de armadilhas estruturada de forma a diminuir o seu impacto causado nas zonas onde já se encontra instalada, prevenir a disseminação da espécie para outras áreas e erradicar novos focos na região do Médio Tejo. No domínio da gestão do território, pretende-se também dar continuidade à promoção do Sistema de Informação Cadastral Simplificado, nos territórios dos Municípios, que não dispõem de cadastro geométrico de propriedade rústica ou cadastro predial. Alinhada com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAA 2020), a CIM do Médio Tejo levará a efeito, em 2022, mais ações de comunicação e sensibilização, de modo a trabalhar os temas relacionados com os riscos associados às alterações climáticas, tendo com o público-alvo as crianças e jovens em contexto escolar. -----

Modernização Administrativa - O próximo ano vai ficar marcado por uma nova fase de implementação de projetos ligados à modernização administrativa, com o Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo Desenvolvimento Territorial Estratégico – 2ª Fase, que têm como objetivo a implementação de ferramentas, informação e conhecimentos que permitam à Administração Pública Local uma maior eficiência, flexibilidade e qualidade dos seus serviços públicos municipais. -----

As ações passarão pelo Atendimento Digital, Gestão Integrada da Informação e Implementação do Arquivo Digital, Faturação Eletrónica, Reestruturação da Plataforma de Sistema de Informação Geográfica e Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas. -

Social - Em 2022 dar-se-á continuidade ao projeto Maria II que tem como objetivo apoiar intervenções que visem a consolidação da rede de prevenção e combate à violência doméstica e à violência de género, através do apoio direto e especializado às vítimas. Existirá um reforço das equipas técnicas das Estruturas de Apoio e Atendimento à Vítima de Violência Doméstica, mediante o recrutamento de psicólogos/as, com o perfil técnico exigido. Será dado um atendimento, acompanhamento e apoio especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, quer estejam acolhidas nas casas de abrigo e respostas de acolhimento de emergência, quer sejam atendidas e acompanhadas pelas estruturas de atendimento da RNAVD – Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. -----

No domínio da Igualdade e Não Discriminação, o ano de 2022 ficará caracterizado pelo desenvolvimento de diagnósticos, elaboração, implementação, divulgação e avaliação de planos para a igualdade, em cada um dos Municípios do Médio Tejo. -----

Formação - Será também um desafio para a CIM Médio Tejo o desenvolvimento do seu Plano de Formação. O Plano tem como objetivo contribuir para o aumento da qualificação dos recursos humanos, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos mesmos em várias áreas. Para além de outras áreas de intervenção determinantes para o desenvolvimento do território, através da execução de projetos nas áreas da saúde, com a continuidade do projeto das Unidades Móveis no território, na área do ambiente, em torno da sustentabilidade e valorização do rio Tejo, entre outras, a CIM do Médio Tejo dará também continuidade ao seu Plano de Contingência da pandemia COVID-19, devido ao impacto e influência que a mesma ainda tem no país. Em resumo, a presidente da CIM, Anabela Freitas salienta que o Plano e Orçamento para 2022 é um documento “realista, que tem em conta as exigências dos tempos, com uma noção exata das necessidades das populações da região, mas também com olhos postos nos desafios futuros”. -----

Terminados os esclarecimentos da presidente, inscreveram-se os deputados para efetuarem os seus considerandos. Interveio Maria Paulo Castro, do PSD do Entroncamento comentado haverem lacunas, o tema da sustentabilidade referiu não estar bem retratado, alguns concelhos pouco retratados. Deu nota do Entroncamento como um “parente pobre”, dizendo que o Museu Nacional Ferroviário não está incluído na estratégia do Turismo. -----

Luzia Serigado, independente por Torres Novas deixou a sugestão de um conjunto de projetos para 2022 que passem pelo ambiente, melhor comunicação, numa aposta da intermunicipalidade, que preveja ligar os municípios através de uma rede de transportes e não só – Referiu querem um Médio Tejo digital. -----

Júlia Amorim, CDU de Constância referiu estarmos “amarrados” a um quadro comunitário. Devemos fazer uma verdadeira regionalização, sendo que, se tal acontecesse hoje estaríamos aqui legitimados para conseguir avançar. Sobre os sapadores florestais deixou um elogio pelas condições em que se encontram. -----

António Mor, do PS de Abrantes referiu que se tem conseguido num trabalho coeso um conjunto de medidas diversas para o Médio Tejo, mas, refere que o mesmo não acontece para o envelhecimento. -----

João Fernandes, do PSD de Abrantes pede ainda mais uma maior divulgação que é feito na CIM do Médio Tejo. -----

Terminadas as intervenções, usa da palavra a senhora presidente da CIM. Esclarece que o orçamento que hoje é apresentado visa dar resposta a um quadro comunitário de apoio,

qua ainda assim tem um conjunto de instrumentos que necessitam de financiamento para serem executados. A título de exemplo referiu o envelhecimento ativo, previsto no Plano Intermunicipal de Desenvolvimento Social Integrado do Médio Tejo. -----

Deliberação: Aprovado por maioria com 2 abstenções.

¶¶

7. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal -----

O senhor presidente da mesa comentou tratar-se de um documento que por via do decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo.

¶¶

8. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2022 de 11 janeiro -----

Apesar de a reunião contar com presença do público, não foi efetuada qualquer intervenção. -----

¶¶

No final da reunião, já na fase final, os serviços da CIM informaram o senhor presidente de que tendo estado a preparar o termo de posse do deputado Luís Carlos Lourenço Salgueiro, que o mesmo não constava na informação remetida pelo município de Alcanena.

A reunião quase a terminar e com os assuntos a votação já concluídos, continuou a decorrer sem qualquer alteração. -----

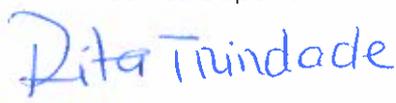
Chamou-se o senhor o deputado tendo-se chegado à conclusão que era o presidente da Junta de Freguesia dos Bugalhos, que ali compareceu, fruto de um contato telefónico do deputado Silvestre Pereira para que este pudesse vir à reunião em sua substituição. Conclui-se igualmente que o mesmo fazia parte dos suplentes da lista presente à votação na Assembleia Municipal de Alcanena consubstanciando-se tal num erro da mesma assembleia, dado que um presidente de junta não pode ser eleito para este efeito. ----- Neste sentido, acordou-se que na próxima reunião desta Assembleia este assunto seria dado a conhecer aos senhores deputados no período antes da ordem do dia.

O Presidente da Mesa Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo



(José Manuel Paulo Trincão Marques)

A Técnica Superior



(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)